

Argentina em fins do XIX: vida intelectual, política e a construção da nação

Camila Bueno Grejo*



Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo

O presente artigo discute as questões que permearam a constituição do Estado nacional argentino no final do século XIX, considerando a atuação política e intelectual dos homens que estiveram à frente deste processo. Analisa-se a trajetória das gerações de 1837 e de 1880, suas convergências e divergências em torno do projeto de construção da nação, marcado pelo pensamento cientificista, pela promoção da imigração europeia e pelo estímulo à educação pública. Examina-se, ainda, a configuração dos campos de leitura e o desenvolvimento da imprensa na Argentina, com ênfase na criação de revistas históricas e intelectuais, especialmente a *Revista de Derecho, Historia y Letras*, fundada por Estanislao Severo Zeballos, como instrumento de intervenção no debate político e cultural da época.

Palavras-chave: Argentina; Intelectuais; Construção nacional.

Submetido: 08/08/2024

Aceito: 17/03/2026

* Doutora em História (Unesp). Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: camila_grejo@hotmail.com.

Argentina at the end of the 19th century: intellectual and political life and the construction of the nation.

Camila Bueno Grejo 

Universidade Federal do Espírito Santo

Abstract

This article discusses the issues surrounding the constitution of the Argentine national state in the late nineteenth century, considering the political and intellectual activity of the men who led this process. It analyzes the trajectory of the generations of 1837 and 1880, their convergences and divergences regarding the nation-building project, marked by scientific thought, the promotion of European immigration, and the encouragement of public education. It also examines the configuration of reading fields and the development of the press in Argentina, with emphasis on the creation of historical and intellectual journals, especially *the Revista de Derecho, Historia y Letras*, founded by Estanislao Severo Zeballos, as an instrument of intervention in the political and cultural debate of the period.

Keywords: Argentina; Intellectuals; Nation-building.

Argentina a finales del siglo XIX: vida intelectual y política y la construcción de la nación.

Camila Bueno Grejo



Universidade Federal do Espírito Santo

Resumen

El presente artículo discute las cuestiones que permearon la constitución del Estado nacional argentino a finales del siglo XIX, considerando la actuación política e intelectual de los hombres que estuvieron al frente de este proceso. Se analiza la trayectoria de las generaciones de 1837 y de 1880, sus convergencias y divergencias en torno al proyecto de construcción de la nación, marcado por el pensamiento científicista, la promoción de la inmigración europea y el estímulo a la educación pública. Se examina, además, la configuración de los campos de lectura y el desarrollo de la prensa en Argentina, con énfasis en la creación de revistas históricas e intelectuales, especialmente la *Revista de Derecho, Historia y Letras*, fundada por Estanislao Severo Zeballos, como instrumento de intervención en el debate político y cultural de la época.

Palabras clave: Argentina; Intelectuales; Construcción nacional.

Introdução

O final do século XIX foi um período emblemático para os países latino-americanos no que diz respeito à afirmação de suas nacionalidades. Na Argentina, o desenvolvimento econômico e o grande contingente imigratório transformaram a questão nacional no tema central das discussões políticas e intelectuais da época, as quais, em grande medida, passaram a ser travadas por meio da imprensa.

Neste artigo, discutimos as questões que permearam a constituição do Estado nacional argentino, considerando a atuação política e intelectual de homens que estiveram à frente deste processo, especialmente na criação e direção de revistas de caráter histórico, político e intelectual, com ênfase na figura de Estanislao Severo Zeballos quem, a partir da *Revista de Derecho, Historia y Letras*¹ expressou e construiu sua notoriedade.

Para isso, partimos de uma abordagem fundamentada na história intelectual, entendida como campo dedicado à análise das ideias e de seus produtores em seus respectivos contextos políticos e sociais. A metodologia empregada consiste na análise de fontes bibliográficas e documentais, com destaque para a produção intelectual das gerações de 1837 e 1880 e para o exame da imprensa periódica argentina do final do século XIX, sobretudo a *Revista de Derecho, Historia y Letras*. O artigo está organizado em três seções: a primeira apresenta um breve balanço da constituição da unidade política argentina; a segunda discute a atmosfera intelectual do período, com ênfase no pensamento cientificista; e a terceira examina a configuração dos campos de leitura e o desenvolvimento da imprensa como instrumento de intervenção política e cultural.

Constituição da unidade política: um breve balanço

Na primeira metade do século XIX a Argentina apresentava uma diversificação de atividades², o que contribuiu para a existência de diferentes interesses políticos e econômicos.

¹Revista fundada e dirigida por Zeballos entre os anos de 1898 e 1923.

²Em 1810, Buenos Aires se destacava em muito das demais cidades argentinas, pois constituía-se na única porta de comunicação do país com o exterior e era a cidade mais populosa, com cerca de 50 mil habitantes; logo atrás estava Córdoba, com tradição administrativa e educacional, que servia como ponto de ligação entre o porto de

O cenário político nacional era dominado por dois grupos antagônicos: os federalistas, fazendeiros conservadores que detinham o poder regional com o apoio dos *gauchos* e trabalhadores rurais, reivindicando a autonomia das províncias; e os unitários que constituíam a parte burguesa de Buenos Aires, cujos interesses estavam voltados ao comércio exterior e na defesa de um governo forte e centralizado em Buenos Aires, onde estava localizado o porto, eram favoráveis à entrada de capital europeu, à imigração e às ideias ilustradas europeias. Como os principais líderes do movimento de emancipação compunham a elite comercial portenha, seus interesses prevaleceram em relação às demais províncias.

Em 1820, quando chefes políticos do litoral derrubaram a carta constitucional promulgada no ano anterior pelo unitário Martín de Pueyrredón, intensificaram-se as rivalidades entre os dois grupos políticos. Ocorreu o fim da centralização política de Buenos Aires e, como consequência, houve a ampliação da autonomia das outras províncias.

Juan Manoel de Rosas chegou ao poder em 1829, ocupando o cargo de governador da província de Buenos Aires. Ele contava com o apoio das massas populares, porém, representava os interesses dos proprietários de terra e, por ter concentrado em suas mãos o poder de todas as demais províncias, impedia que os liberais consolidassem a unificação nacional com base em um Estado liberal centralizado.

Houve um grupo de intelectuais que representou oposição ao governo Rosas. Conhecido como Geração de 1837, foi responsável pela elaboração de muitos projetos postos em prática no final do século XIX, tendo sido composto por Domingo Faustino Sarmiento, Estebán Echeverría e Juan Bautista Alberdi, estes últimos forçados a buscar exílio no Chile devido à perseguição empreendida pelo regime rosista.

A Revolução de Maio deveria ter sido o momento em que o projeto liberal seria posto em prática, mas, segundo a perspectiva da Geração de 1837, isto não ocorreu devido à política empreendida por Rosas, considerada responsável pelo retrocesso do país. Para Shumway, “Rosas restringiu a liberdade de imprensa, se esqueceu da educação, apoiou o clero conservador, reforçou o exército e calou os críticos”³, além disso, impunha o acato à federação e utilizava-se de estratégias políticas arbitrárias para garantir o apoio da população pobre.

Buenos Aires e a região mineradora de Potosí. Cf. FAUSTO, B.; DEVOTO, F. *Brasil e Argentina. Um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004. p. 36.

³SHUMWAY, N. *A invenção da Argentina*. São Paulo: Edusp; Brasília: UnB, 2008. p. 36.

Sarmiento denunciava o caudilhismo praticado por Rosas como o maior problema da Argentina de seu tempo. Considerava-o sinônimo de barbárie, ignorância, atraso, violência e anarquia, enquanto o unitarismo, nascido nas cidades, remetia-lhe ao progresso e ao saber, isto é, à civilização. Dentre os intelectuais de sua época, foi o que obteve maior destaque político: por diversas ocasiões foi enviado aos Estados Unidos e à Europa para avaliar seu sistema educacional e, quando retornou à Argentina, fundou dezenas de escolas públicas; atuou como ministro da Educação, embaixador da Argentina nos Estados Unidos e presidente do país. Em meio a isso, escreveu obras como *Facundo*, na qual expôs seu conceito de civilização e barbárie – amplamente utilizado pelos intelectuais argentinos do final do século XIX e início do XX – com o intuito de caracterizar a Argentina do período pós-independência.

Juan Manoel de Rosas foi vencido após um longo período de luta armada iniciado em 1839 e findado apenas em 1852, sob o comando do governador da província de Entre Rios, Justo José Urquiza. Ao assumir o poder político, Urquiza foi bastante criticado, especialmente pela manutenção de algumas determinações da época rosista como o uso de emblemas na cor vermelha e por sustentar a igualdade de direitos entre as províncias. Seu objetivo era acabar com as rivalidades entre o porto e as províncias, expressando seu ideal federalista.

Para Sarmiento, Urquiza era o “novo Rosas” e não poupou esforços em demonstrar oposição a seu governo. Valendo-se do lema “nem vencedores nem vencidos”, Urquiza nomeou um governo provincial interino buscando a reconciliação e a formação de um comitê composto por dirigentes portenhos, provincianos, federais e unitários a fim de discutir a criação de uma convenção constituinte⁴. Como resultado, em 31 de maio de 1852, surgiu o Pacto de San Nicolás definindo que a constituição seria redigida por dois representantes de cada província e, posteriormente, seria ratificada pelas legislaturas provinciais.

Dessa forma, o Estado argentino teria elementos de unidade e outros de federação, visando o fim dos conflitos regionais. A nova constituição instaurava um governo representativo, republicano e federal, a divisão dos poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário, o catolicismo como religião oficial do Estado e, ainda, determinava que a cidade de Buenos Aires fosse transformada na Capital Federal e, sua aduana, nacionalizada⁵. Essa constituição foi rechaçada pelos portenhos que, liderados por Bartolomé Mitre, saíram em campanha contra o Pacto de San Nicolás. Uma das prerrogativas do pacto garantia a Urquiza

⁴SHUMWAY, 2008, p. 190.

⁵SHUMWAY, 2008, p. 191.

plenos poderes para manter a ordem até que fosse estabelecido um governo constitucional, atitude interpretada por Mitre como uma ameaça de ditadura para que se estabelecesse a ordem em meio ao processo de organização nacional. Outro ponto que desagradou aos portenhos estava relacionado à nacionalização de sua aduana e à federalização da cidade porto.

Buenos Aires separou-se da Confederação e promulgou, em 1854, uma Constituição provincial, isto é, o fez no mesmo momento em que Urquiza foi eleito presidente constitucional da Argentina, estabelecendo como Capital Federal, ainda que em caráter provisório, Paraná, situada na província de Entre Rios.

Após um período de desentendimentos entre Buenos Aires e a Confederação, Mitre comandou, em 1861, a vitoriosa Batalha de Pavón, tornando-se presidente da república em 1862 com o objetivo de organizar um governo unificado que integrasse a todas as províncias argentinas sob uma única constituição.

Foram realizados vários projetos em âmbito nacional, porém, apesar de o país dar os primeiros passos rumo à unificação nacional, não podemos afirmar ter se tratado de uma definitiva constituição do Estado nacional argentino. De acordo com Botana, o período de 1862 a 1880 correspondeu a “uma primeira fase de controle nacional que deve ser vista como um sustentado processo de redução das províncias à unidade do Estado”⁶. Restava, portanto, um clima de divergências políticas internas entre o governo recém-constituído e as províncias, marcado pela ação coercitiva do governo nacional por meio de frequentes estados de sítio aplicados às províncias que ameaçavam realizar levantes autonomistas.

Portanto, desde a Batalha de Pavón, surgiram tentativas de organizar politicamente o novo país, marcadas por disputas entre as províncias e o poder central, durante as presidências de Bartolomé Mitre (1862-1868), Domingo Faustino Sarmiento (1868-1874) e Nicolás Avellaneda (1874-1880). Ainda não havia unidade política, pois, como nos mostra Natalio Botana, algumas províncias produziram movimentos de força que foram controladas pelo poder central, mas a província de Buenos Aires não estava disposta a subordinar-se ao poder político⁷. A consolidação efetiva do Estado Nacional deu-se apenas em 1880.

O governo de Domingo Faustino Sarmiento ficou marcado pelo impulso dado à educação. Sua maior preocupação era a de desenvolver a educação pública, considerada como

⁶BOTANA, N. R. *El orden conservador. La política argentina entre 1880 e 1916*. Buenos Aires: Sudamericana, 2ª ed., 1985. p. 13-14.

⁷BOTANA 1985., p. 29-30.

suporte necessário para viabilizar o projeto de construção da nação argentina a partir dos moldes das luzes e da civilização e como um meio para a superação da barbárie herdada do período rosista.

Assim como Sarmiento, outros intelectuais liberais de sua geração corroboravam a ideia de que cabia a eles o papel de agentes na preparação das massas para o desempenho das atividades políticas, o que ocorreria por meio da educação⁸. Portanto, a Geração de 1837 via a sociedade de seu tempo como essencialmente passiva, pois, como argumenta Halperín-Donghi, os intelectuais da Geração Romântica consideravam essa sociedade como “*la materia em la cual es de responsabilidad de los letrados encarnar las ideas cuya posesión les da por sobre todo el derecho de gobernala*”⁹.

Nicolás Avellaneda, ministro da Instrução Pública do governo de Sarmiento, foi seu sucessor e esteve a frente do poder executivo argentino entre os anos de 1874 e 1880. Avellaneda deu continuidade ao estímulo à educação a partir da fundação de escolas normais em províncias do interior, da implantação de cursos noturnos voltados à alfabetização de adultos e da promulgação da Lei de Educação Comum, em 1875, especificamente para a província de Buenos Aires.

No período posterior a Caseros, três questões fizeram-se presentes: a integridade territorial, a identidade nacional e a organização do regime político. Segundo Botana, a primeira relaciona-se à força coercitiva de que dispõe o poder político para fazer frente a determinados atores que impunham sua pretensão de monopolizar a violência; a segunda se refere aos mecanismos de comunicação entre atores localizados em regiões diferentes, por cuja mediação são criados vínculos de solidariedade mais amplos que os anteriormente existentes. Como um terceiro problema, seguindo a mesma perspectiva, pode ser destacada a necessidade de desenvolver sentimentos de legitimidade compartilhados acerca do valor que merece a estrutura institucional do poder político e as regras de sucessão que regularão a eleição dos governantes¹⁰.

A intenção de Buenos Aires de não se subordinar ao poder central deve ser explicada a partir da divisão portenha em dois grupos políticos: os nacionalistas, liderados por Mitre e os autonomistas dirigidos por Adolfo Alsina. Enquanto os primeiros buscavam a nacionalização

⁸PRADO, M. L. C. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: EDUSP; Bauru: EDUSC, 1999. p. 82.

⁹HALPERÍN-DONGHI, T. *Vida y muerte de la República verdadera (1910-1930)*. Buenos Aires: Biblioteca del pensamiento argentino, 2000. p. 12-13.

¹⁰BOTANA, N. R. 1985, p. 30.

da província de Buenos Aires e sua subordinação ao poder central, os segundos aliaram-se a grupos federais do interior e manifestaram seu apoio às candidaturas de Sarmiento e Avellaneda com o intuito de impedir a continuidade de Mitre no poder.

A consolidação do Estado nacional argentino, em 1880, setenta anos após a Revolução de Maio, foi possível apenas quando se estabeleceu um consenso entre as elites argentinas encerrando-se os desentendimentos entre unitários e federalistas, mas, principalmente, a partir da federalização de Buenos Aires. Por isso, afirmamos que, se após o movimento de independência a Argentina passou por um período de lutas internas e desentendimentos políticos, desde a década de 1880, o país passou a ser governado de maneira unificada a partir dos interesses de Buenos Aires, transformada em Distrito Federal naquele mesmo ano.

Sob o lema “Paz y administración”, Julio Argentino Roca assumiu a presidência da república e enfrentou o desafio outrora enunciado por Juan Bautista Alberdi quando da elaboração da Constituição de 1853: organizar um poder central forte para controlar os poderes locais e, ao mesmo tempo, flexível, a fim de incorporar os antigos governadores de província a uma unidade política mais ampla. Nesse sentido, a ideia de federação residia sob um governo consolidado na unidade nacional, mas que permitisse a existência de governos provinciais, os quais seriam limitados pela lei federal da república¹¹.

Desde a consolidação nacional, o governo argentino foi representado pelos liberais que se mantiveram no poder por meio de acordos políticos que garantiam a sucessão presidencial, o que permitia que eles mesmos elegeassem seus sucessores e impedia que os setores oposicionistas chegassem ao poder. Denominado pela historiografia como república oligárquica, nesse sistema de governo os únicos habilitados a participarem eram aqueles que dispusessem de riqueza, educação e prestígio, gerando uma confusão entre os poderes econômico e político. Para Botana, o conceito de oligarquia qualifica um sistema de hegemonia governamental, o qual se constituía numa forma de controle político cujo objetivo era o de excluir a oposição perigosa que poderia comprometer a manutenção do regime e cooptar por meio de acordo a oposição moderada, com a qual poderia negociar cargos e candidaturas¹². No período que se estendeu de 1880 a 1890, o processo político argentino foi protagonizado pelo

¹¹FAUSTO; DEVOTO, 2004., p. 63. Os autores afirmam que ao mesmo tempo em que consagravam uma presidência forte, o texto garantia um amplo espaço para a ação dos interesses provinciais no Senado e na Câmara dos Deputados.

¹²BOTANA, 1985, p. 73.

Partido Autonomista Nacional (PAN) – ao qual pertenciam os presidentes Roca e Celman – e o Partido Liberal, liderado por Mitre e estava marginalizado dos cargos eleitorais.

Em 1890, já durante o governo de Juarez Celman, uma crise econômica assolou o país e deu força política à ação da oposição que se uniu em torno de um novo partido: a União Cívica, sob a liderança de Leandro N. Alem e Hipólito Yrigoyen, do qual, posteriormente, emergiu a União Cívica Radical.

Frente às restrições impostas pelos liberais, os setores oposicionistas acompanhado dos movimentos de esquerda, passaram a reivindicar maior participação popular na política. Em 1912 foi votada a Lei Sáenz Peña e, em 1916, chegou ao fim a hegemonia exercida pela oligarquia, pois nesse mesmo ano o candidato da União Cívica Radical, Hipólito Yrigoyen, foi eleito presidente da república. O período compreendido entre os anos de 1880 e 1916 ficou marcado pelo domínio político de um grupo que se sustentava no poder por meio da fraude eleitoral.

Atmosfera intelectual: o pensamento cientificista

Os intelectuais argentinos do final do século XIX e início do XX refletiam, de forma obstinada, acerca de seu país, buscando delinear as características nacionais como um meio de justificar a importância da Argentina enquanto um Estado Nacional recentemente constituído diante das transformações econômicas e sociais acarretadas pelo grande afluxo de imigrantes europeus. A busca por elementos que identifiquem a nação, ressaltando suas particularidades diante do confronto com o estrangeiro e sua importância no continente americano são questões que se tornaram fundamentais e emblemáticas neste período.

Terán ressaltou que no final do século XIX, os processos de modernização transformaram radicalmente o panorama social, político, econômico e estético, introduzindo novos problemas, preocupações e conflitos¹³. Desde a esfera política, a elite encabeçada pelo presidente Julio Argentino Roca, participava ativamente desse processo, mas, de seu interior, surgiram vozes discordantes, apresentando dúvidas e inquietações a respeito do cenário de modernidade que se desenvolvia na Argentina. Nesse sentido, instaurou-se um paradoxo, pois

¹³TERÁN, O. *Vida intelectual en el Buenos Aires fin-de-siglo (1880-1910). Derivas de la “cultura científica”*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000. p. 109.

os políticos e intelectuais do final daquele século, não concebiam outra forma de construir um Estado-nação moderno senão por meio da imigração que conduziria o país rumo ao progresso e ao crescimento econômico.

Em 1880, a Argentina vivenciou o triunfo do Estado nacional a partir da federalização de Buenos Aires e da ascensão de Roca ao poder representando os interesses do PAN. O Estado nacional passou a ostentar o monopólio de força legítima, afirmado na derrota das dissidências provinciais; foram sancionadas as leis laicas de educação e registro civil, que passaram às mãos estatais o controle da população até então dividido com a Igreja Católica. O país apresentou um espetacular crescimento econômico com a produção de bens agropecuários e ferrovias inglesas passaram a ser instaladas no território antes ocupado pelos indígenas, apropriado pelo Estado na chamada Campanha do Deserto¹⁴. As cidades argentinas refletiam os ares da modernidade pela construção de parques e de edifícios. Buenos Aires, por exemplo, transformou-se num grande centro cosmopolita e, já no final do século XIX, contava com diversos meios de transporte, como metrô, trens e bondes; possuía telefones, cinemas, teatros, cafés e restaurantes frequentados pela elite política e intelectual idealizadora do projeto modernizador. O setor educacional, que já havia adquirido destaque nos governos de Mitre, Sarmiento e Avellaneda, continuou em alta durante a presidência de Júlio Argentino Roca, quem em 1884 promulgou a Lei 1.420, que previa o ensino gratuito, laico e obrigatório.

Terán descreveu o panorama cultural da década de 1880 como um momento no qual ainda estavam presentes o romantismo tardio e *acriollado* proveniente das correntes estéticas e ideológicas da Geração de 1837, assim como o liberalismo e o republicanismo herdados dos “pais fundadores”. Num plano mais atenuado, identificou um catolicismo mais difundido na sociedade que no grupo estatal. No centro da cena literária visualizava, em lugares dominantes, as correntes naturalista e realista às quais podemos somar o positivismo e as tendências socialista e anarquista¹⁵.

Essas ideias e correntes de pensamento não estavam soltas no ar, sendo propagadas pelos intelectuais, atores do debate político que evocavam a consciência de seu tempo atuando como intérpretes da nação. Pertenciam a determinadas classes sociais, compunham uma certa

¹⁴A Campanha do Deserto realizada contra as populações indígenas apoiava-se numa justificativa compartilhada pelas elites do mundo ocidental: que as nações viáveis eram aquelas dotadas de uma população de raça branca e religião cristã.

¹⁵TERÁN, 2000, p. 113.

institucionalidade, reunindo-se em torno de revistas, redações de jornais, clubes, cafés, universidades e ateneus, onde desenvolviam uma sociabilidade intelectual.

Os membros da chamada Geração de 80 dominavam o cenário intelectual argentino desse período e seus escritos podem ser considerados como uma continuidade de sua posição sociopolítica, pois ocupavam uma sólida posição econômica obtida a partir de seu desempenho profissional como advogados, estancieiros, funcionários estatais e médicos.

A historiografia argentina compreende dita geração como um grupo de intelectuais que participavam ou exerciam influência sobre a política e a sociedade argentina no final do século XIX e expressavam um objetivo em comum: a necessidade de construir uma identidade nacional para o país. Altamirano destaca que o posto público, muitas vezes em escalões subalternos da burocracia estatal, ofereceu a alguns escritores sem patrimônio familiar a possibilidade de levar adiante uma carreira literária, transformando o periodismo em uma espécie de segundo emprego¹⁶; Paula Bruno afirma que estes intelectuais entendiam a política como um âmbito que bloqueava as possibilidades de desenvolver a cultura nacional, segmento em que pretendiam desenvolver suas atividades, pensando a si próprios como exteriores à esfera política e, ao mesmo tempo, ocupando cargos no serviço público¹⁷.

Em *Pioneros culturales de la Argentina*, Bruno analisou a atuação de Eduardo Wilde, José Manuel Estrada, Paul Groussac e Eduardo Holmberg, buscando reconstruir sua trajetória intelectual e suas relações com a política argentina. Groussac e Holmberg ocuparam cargos diretivos em instituições estatais e pensavam a cultura e a ciência a partir da separação com o campo político, porém era sua proximidade com o Estado que lhes permitia meios de desenvolver suas ideias; Estrada e Wilde tiveram cargos políticos, tendo o primeiro optado por entrar nesse cenário como o último recurso, ou seja, como forma de se opor a um regime que considerava opressor e acabou exonerado de cargos no sistema educativo argentino; já Wilde explicava que sua integração no cenário político constituiu-se na atuação enquanto agente civilizador diante da política *criolla* e que sua participação não fora positiva, considerando-se, de fato, pertencente ao mundo das letras.

Cabe lembrar que não é tarefa fácil pensar em uma elite cultural à margem da multiplicação de oportunidades e de inserção institucional oferecida durante o processo de consolidação estatal, pois os intelectuais argentinos não encontravam no passado uma tradição

¹⁶ALTAMIRANO, C. (Org.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Madrid: Katz, 2010. p. 14.

¹⁷BRUNO, P. *Pioneros culturales de la Argentina: biografías de una época*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2011.

em que pudessem se inscrever e, por isso, tornaram-se responsáveis por “fazer a cultura”, o que demandava apoio do Estado. À época, Holmberg e Estanislao Zeballos declaravam que, sem uma aliança com o Estado, era impossível manter empreendimentos culturais, pois aqueles que o faziam, caíam em um voluntarismo inútil.

No mesmo período em que estes intelectuais se propunham a pensar os problemas nacionais, consolidava-se, na Argentina, uma nova estrutura econômica e social. Portanto, concordamos com a afirmação de Oscar Terán, o qual considera que “1880 não é apenas um ano simbólico, mas o momento real em que se estruturaram radicais transformações econômicas e políticas, as quais acarretaram uma série de efeitos que transformariam radicalmente as estruturas materiais do país”¹⁸.

Algumas décadas antes, Sarmiento, Alberdi e Mitre já haviam enunciado algumas das inquietações que afligiam a Geração de 1880, o que demonstra certa afinidade entre o pensamento intelectual argentino que figurou no início e no final do século XIX. Em seu *Bases y puntos de partida para la organización nacional*, de 1852, Alberdi declarava que “governar é povoar”, ou, como interpretou o historiador argentino Fernando Devoto, “governar é civilizar”¹⁹, pois, para Alberdi, todo o esforço de transformação da Argentina seria inútil se não se conseguisse mudar radicalmente as características de uma sociedade atrasada, cujas causas recaíam sobre os nativos. Nesse sentido, sob a ótica de Alberdi, a imigração europeia tinha a responsabilidade de implantar novos hábitos e comportamentos, os quais seriam assimilados pela população argentina em seu cotidiano. Sarmiento também via os imigrantes como atores da mudança, contudo, defendia a mudança por meio do trabalho agrícola que seria realizado e que contribuiria com a eliminação do verdadeiro inimigo da civilização e do progresso: o deserto. Devoto destaca que, ao contrário de Alberdi, que defendia a imigração europeia como capaz de transformar a Argentina, Sarmiento não precisava de um tipo especial de imigrantes, pois acreditava que, se aqueles não fossem modernos, seus filhos o seriam por meio de um instrumento considerado por ele como transformador: a escola pública²⁰. Bartolomé Mitre, no entanto, acreditava que a imigração não deveria transformar a realidade argentina e criar um novo país – como defendiam Alberdi e Sarmiento –, mas sim que o papel do imigrante seria o de integrar-se ao que já existia.

¹⁸TERÁN, O. *Positivismo y nación en la Argentina*. Buenos Aires: Puntosur, 1979. p. 14.

¹⁹DEVOTO, F. *Historia de la inmigración en la Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2000. p. 34.

²⁰DEVOTO, 2000, p. 35.

A promoção da imigração e a ideia de que o imigrante poderia contribuir com o desenvolvimento da sociedade argentina constituem um exemplo de aproximação entre os homens de 1837 e 1880 por meio da qual podemos afirmar que, apesar da problemática em torno da construção de uma identidade nacional argentina ter surgido logo que se deu a independência política do país, ela ainda não havia sido solucionada e o projeto de construção de uma nação moderna continuava presente no pensamento dos intelectuais argentinos do final do século XIX. Romero explica a aproximação entre as ideias políticas liberais da primeira e da segunda metade do século XIX a partir de certo conformismo por parte da Geração de 80, pois, segundo ele, essa nova oligarquia deu por certo que o processo que havia sido desencadeado e guiado com tanto esforço por seus pais não sofreria modificações, ignorando a nova realidade que transformava a Argentina²¹.

Gallo *et al.* chamam a atenção para o fato de que, apesar do programa dos homens de 80 não haver sido enunciado de forma explícita, pode ser compreendido por meio de seus discursos políticos e parlamentares, mensagens presidenciais, correspondências, escritos em periódicos, etc.²² Para os autores, o caráter fragmentário desses textos, longe de se constituir num acidente é notório em toda atividade política, literária e científica da época, em parte consequência da ausência de formação cultural especializada nos setores dirigentes.

Portanto, entendemos que os homens de 1880 pareceram realizar os ideais que haviam sido propostos pela geração anterior devido, em grande medida, à conjuntura social, econômica e política que a Argentina apresentava no final do século XIX. A criação de novos espaços econômicos e sociais que acabaram transformados pela afluência do capital estrangeiro e do enorme contingente de imigrantes permitiu que os homens dos anos 1880 executassem o projeto de transformação do país previsto pela Geração de 1837²³.

Outro fator que contribuiu para que o projeto nacional fosse posto em prática pela Geração de 80 recaí sobre a posição política e social privilegiada que seus membros ocupavam, a qual fazia com que eles se vissem na função de guiar o país rumo à modernidade. De acordo com Romero, muitos dos membros dessa geração haviam estudado nas universidades de Córdoba ou Buenos Aires, exerciam carreiras liberais como advocacia e medicina, pertenciam à oligarquia e, pelo fato de serem filhos de pais ilustres, conquistaram o prestígio e a direção

²¹ROMERO, J. L. *Breve historia de la Argentina*. Buenos Aires: Eudeba, 1965. p. 18.

²²GALLO, E. *et al.* *La pampa gringa*. Buenos Aires: Sudamericana, 1962. p. 28.

²³SVAMPA, M. *El dilema argentino: civilización o barbarie. De Sarmiento al revisionismo peronista*. Buenos Aires: Imago Mundi, 1994. p. 60.

política do país chegando, alguns deles, a ocupar cargos públicos²⁴. Não obstante, participaram das inquietudes filosóficas e estéticas da época, liam as mesmas revistas – geralmente francesas – e frequentavam os mesmos autores²⁵.

O desprezo pela tradição criolla transformou-se num elemento de coesão entre os intelectuais da Geração de 1880. Seguindo essa perspectiva, entendiam que a tradição criolla estava associada à espanhola, isto é, o criollo era considerado como o primitivo, o simples; por isso, sem estimar a forma de vida dos criollos, os homens que passaram a fazer das cidades ativos centros de europeização da Argentina trataram de suprimi-lo e substituí-lo pelo imigrante europeu, que, a seus olhos, representava a civilização. Segundo Shumway, o sentimento antiespanhol constituiu-se numa das características do movimento de independência argentino, mas, mesmo após ter obtido a independência política, os liberais argentinos continuaram depreciando a Espanha²⁶. E ressalta, ainda, que esse sentimento antiespanhol se intensificou nos homens de 1837 e tornou-se símbolo de uma tendência que se fez comum durante o século XX: “excluir a Espanha sempre que se referisse à Europa”. Por isso, acreditamos que o desprezo pela tradição criolla defendido pela Geração de 1837 repercutiu sobre o pensamento dos homens de 1880, que se utilizaram de sua posição social e de seu prestígio político para reordenar e modificar a sociedade argentina desde sua base, com o intuito de que o país desfrutasse de um progresso contínuo.

Para esse fim, uma série de políticas públicas foi implementada pelos intelectuais de 1880. Seu projeto imigratório previa a instalação dos colonos em propriedades rurais, onde se tornariam pequenos proprietários e executariam trabalhos agrícolas, constituindo-se na solução para o problema cultural que acreditavam atingir a população argentina. Contudo, a concentração de terras nas mãos da elite criolla fez com que a enorme massa de estrangeiros buscasse empregos nas cidades, especialmente em Buenos Aires, acabando por se transformarem em mão de obra assalariada.

O campo educacional também foi um dos pontos de atuação da elite argentina do final do século XIX. Em 1880 existiam aqueles que saíam em defesa das ideias católicas, mas a maior parte dos políticos e intelectuais dessa época defendia o predomínio do ensino laico, cuja responsabilidade seria atribuída ao Estado, pois, como argumenta Franco, nessa década foram instituídos o registro e o matrimônio civis, além da atribuição oficial ao Estado do papel tutelar

²⁴ROMERO, 1965, p. 15.

²⁵ROMERO, 1965, p. 16.

²⁶SHUMWAY, 2008.

sobre as questões educacionais²⁷. Entretanto, a intolerância dos intelectuais argentinos para com a intervenção da Igreja nos assuntos educacionais não foi um fato isolado. Maria Ligia Prado destaca que o conflito entre os liberais e a Igreja Católica acerca da questão educacional esteve presente em países como Brasil, Chile e México e pode ser relacionado à identificação dos intelectuais liberais com as ideias positivistas amplamente difundidas na América Latina no final do século XIX e início do XX²⁸.

Romero atribui à Geração de 1880 o cumprimento de uma missão histórica, uma vez que, no final do século XIX, em meio a todas as transformações pelas quais passava o país, esses homens escolheram seu caminho e a repercussão de suas ideias e realizações ecoou por longa data e continuou a exercer influência sobre a sociedade argentina²⁹. Clementi também seguiu a perspectiva aberta por Romero e ressaltou a importância dos intelectuais de 1880, principalmente no tocante à educação, considerando essa geração como responsável por firmar as bases do ensino superior, por defender uma escola laica e obrigatória que estivesse apta para uma alfabetização massiva e uma argentinização acelerada³⁰.

Nessa mesma linha, Coggiola descreveu a Geração de 1880 como a única portadora de um projeto nacional e a efetiva forjadora da nacionalidade argentina³¹. Apesar de concordarmos com a importância histórica representada por essa geração, entendemos que não se tratou do único intento preocupado com a questão nacional, pois, como afirmamos anteriormente, os projetos defendidos pelos intelectuais de 1880 haviam sido idealizados algumas décadas antes, no momento em que Sarmiento e Alberdi, representantes da Geração de 1837, buscavam soluções para os problemas argentinos de seu tempo.

Por outro lado, temos de reconhecer que se as ideias nacionalistas foram introduzidas pelos homens de 1837, apenas foram postas em prática em 1880, mostrando que a Geração de 1880 foi a responsável pela tentativa de forjar uma identidade nacional para a Argentina. Aníbal Ponce, entretanto, não analisou a Geração de 1880 apenas pelo viés otimista, uma vez que, para esse autor, ela apresentou insuficiências e defeitos, mas graças a ela a Argentina adquiriu uma

²⁷FRANCO, S. M. S. *Luzes e sombras na construção da nação argentina: os manuais de História Nacional (1868-1912)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. p. 33.

²⁸PRADO, 1999, p. 94.

²⁹ROMERO, 1965, p. 12.

³⁰CLEMENTI, H. *Juventud y política en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XX, 1982. pp. 131-132.

³¹COGGIOLA, O. Buenos Aires: cidade, política, cultura. *Revista Brasileira de História*, v. 17, n. 34, p. 101-118, 1997.

tradição de cultura e abriu as portas para novas influências como, por exemplo, às de Renán e Taine, aludindo à introdução dos estudos científicos.

Mengo assinala que no contexto de criação do Estado laico e liberal se estabeleceram várias instituições científicas e universitárias na Argentina³². Em 1865 foi criado o Departamento de Ciências Exatas na Universidade de Buenos Aires e, sete anos depois, na mesma universidade, surgiu a iniciativa de um novo projeto institucional para impulsionar os estudos científicos: a Sociedade Científica Argentina. Ao mesmo tempo, na Universidade de Córdoba, entre os anos de 1870 e 1873, a ideia da criação de uma faculdade de ciências a partir da contratação de docentes europeus³³ foi encomendada por Sarmiento, então diretor do Museu de Buenos Aires, o que permitiu a realização de tal feito em 1873.

O progresso, enquanto um ideal do Estado nascente, exigia o desenvolvimento de instituições³⁴ dedicadas à produção de verdades universais, assim como de saberes que possibilitassem classificar e revelar topograficamente o espaço apto para receber a chegada da civilização. Por isso, a prática da botânica, zoologia, geologia e mineralogia eram necessárias à investigação e conhecimento da natureza do território argentino³⁵. Neste contexto, a Sociedade Científica Argentina foi idealizada para atuar como uma corporação sumamente comprometida com a aplicação social de seus produtos teóricos. Fundada por Luis Huergo, Augusto Riguelet, Justo Dillon e Estanislao Zeballos, suas atividades foram variadas – conferências, concursos para promover as aplicações científicas na indústria, viagens e expedições à Patagônia e a publicação dos Anais da Sociedade Científica Argentina – e abarcaram um amplo espectro de questões relacionadas ao discurso científico como ponto de partida para forjar a nação argentina.

O momento histórico de criação das instituições científicas e universitárias no país deve ser interpretado, portanto, como mostra de uma mudança substancial na própria organização do conhecimento, uma vez que o trabalho científico passou a ser pensado como uma atividade

³²MENGO, C. Positivismo, ciencia y cultura en el escenario argentino a fines del siglo XIX. In: FERNÁNDEZ, S.; NAVARRO, F. (Orgs.). *Scribere est agere. Estanislao Zeballos en la vorágine de la modernidad argentina*. Rosário: Quinta Pata & Camino Ediciones, 2011. p. 39-54.

³³Os professores eram Bernardino Speluzzi (matemática pura), Emilio Rossetini (matemáticas aplicadas) e Pelegrino Strobel (História natural) e sua procedência europeia se fundamentava na ideia de progresso dos povos a partir da difusão de certas verdades científicas universais postas a serviço das aspirações do conjunto social. Cf. MENGO, 2011., p. 41.

³⁴Cabe ressaltar que as condições cotidianas do trabalho científico da época mostram diferentes redes de sociabilidade que dependiam de recursos econômicos dos próprios pesquisadores, apoios circunstanciais entre associações científicas e financiamento estatal.

³⁵MENGO, 2011, p. 42.

coletiva realizada em locais específicos como os museus, universidades e associações. Com relação aos primeiros, devemos destacar o empenho de Zeballos na criação do Museu Mitre e a utilização da *Revista de Derecho, Historia y Letras* como plataforma de divulgação de seu projeto.

Em 1906, diante as discussões suscitadas acerca de como seriam prestadas as homenagens póstumas ao general Mitre, Zeballos publicou um artigo em sua revista propondo que além da estátua e do mausoléu, já sugeridos por Pelegrini, a casa do general fosse também transformada em um museu, sob a alegação de que se constituía em objeto de estudo para biógrafos e historiadores. O projeto de Estanislao Zeballos incluía, ainda, duas estátuas de bronze que deveriam representar a “pessoa íntima” de Mitre, as quais deveriam ser instaladas próximas do escritório e da biblioteca, onde ficava o arquivo do general acerca da Guerra do Paraguai. O impasse para a realização do projeto residia na verba a ele destinada, já que seu idealizador defendia sua viabilização a partir de recursos populares, interpretado como um sinal de patriotismo do povo argentino. Diante disso, teceu duras críticas à Faculdade de Filosofia e Letras que, de acordo com ele, havia se apropriado do projeto e pretendia utilizar recursos oficiais para viabilizá-lo. Para Zeballos, a aplicação de dinheiro estatal desnaturalizava a homenagem, extraindo dela todo o sentimento popular de caráter nacional e argumentou que o povo não deveria ser privado da espontaneidade diante daquela nobre ação e defendeu a realização de um concurso a fim de selecionar os artistas que ficariam encarregados da confecção das estátuas. Este episódio nos mostra a importância atribuída por Zeballos aos centros de preservação da memória e desenvolvimento de um conhecimento que remontasse às origens da história argentina e, dessa forma, contribuísse para que aflorasse um sentimento de pertencimento à nação que buscavam construir.

Na Argentina, a união da ciência ao Estado desde o fim do século XIX havia produzido uma cultura científica fortemente comprometida com a legitimação da ordem econômica e política estabelecida pela classe dirigente e, a partir da trajetória dos membros da Sociedade Científica Argentina pode ser evidenciada uma constante alternância entre as atividades científicas e a atuação política. Francisco Moreno foi deputado nacional durante a presidência de Sáenz Peña e vice-presidente do Conselho Nacional de Educação; Luis Huergo esteve encarregado do Ministério de Obras Públicas da província de Buenos Aires, o que nos mostra que a existência de relações entre conhecimento, o poder econômico e o político, assim como a dificuldade em distinguir os fins e os meios que impulsionavam tanto as instituições quanto os sujeitos. Neste contexto, a figura de Estanislao Zeballos pode ser considerada a que

representa o exemplo mais notório da articulação entre conhecimento e poder, dadas suas atividades como jornalista, legislador, etnólogo, ministro e diplomata, as quais constituem uma boa síntese do homem moderno do final do século XIX e início do século XX³⁶.

Os intelectuais latino-americanos estavam inundados pelas ideias que circulavam desde a Europa, dentre as quais podemos destacar o pensamento científico, amplamente discutido e aplicado à realidade argentina. A centralização do Estado coincidiu com o momento de conformação do positivismo comteano na cultura latino-americana e, de maneira geral, os pensadores latino-americanos inspiraram-se no ideal de nação proposto pelo positivismo para interpretar sua realidade, operando em função das diversas exigências e demandas nacionais³⁷. De acordo com Adam Anderle, no final do século XIX, a intelectualidade latino-americana tinha a sensação de que algo ia mal, de que a sociedade não estava sã e existia, portanto, a vontade de corrigi-la. Entretanto, esses intelectuais não eram a favor de que tal correção ocorresse por meio de revoluções, mas sim por meio de reformas que pretendiam realizar a partir do ensino e das ciências³⁸.

Foi uma preocupação comum aos pensadores latino-americanos do período discutir a questão nacional. A maior parte dos países havia conquistado sua independência a partir de guerras contra as metrópoles – Portugal e Espanha – e, como vimos no caso argentino, levou certo tempo até que os conflitos internos fossem apaziguados, retardando o processo de constituição nacional. Assim, no final do século XIX, com o término das divergências internas, chegara o momento em que as elites políticas e intelectuais se questionavam sobre os rumos das novas nações. Quem seriam essas nações? O que elas representariam? Existiria, de fato, uma identidade nacional capaz de unir toda a sociedade? O papel dos intelectuais foi, então, não apenas delinear os traços da nação argentina, mas também forjar um sentimento de pertencimento à nação recém-construída baseando-se, para isso, nos conceitos positivistas e evolucionistas em voga no período.

³⁶FERNÁNDEZ, S.; MÜLLER, M. Vitae plena. Breve recorrido por una vida multifacética. In: FERNÁNDEZ, S.; NAVARRO, F. (Orgs.). *Scribere est agere. Estanislao Zeballos en la vorágine de la modernidad argentina*. Rosário: Quinta Pata & Camino Ediciones, 2011. p. 6.

³⁷TERÁN, 1979, p. 14-15. O autor sustenta que enquanto em países de povoamento aluvional como os rio-platenses pôde ser notada a implantação do dispositivo positivista para ordenar uma população excessivamente heterogênea, em outras nações com um fundo indígena sumamente denso, como México, Brasil e Peru, o olhar positivista deteve-se na busca de fenômenos raciais que explicassem o atraso ou as frustrações de ditos países.

³⁸ANDERLE, A. El positivismo y la modernización de la identidad nacional en América Latina. *Anuario de estudios americanos*, XLV, Sevilla, 1988. p. 420.

Retomando a perspectiva defendida pela Geração de 1880, aferimos que, para que se concretizasse o projeto de construção da nação argentina, os intelectuais defendiam o rompimento de todos os laços com o passado colonial, uma vez que o período em que a Argentina esteve sob o domínio espanhol foi por eles considerado como uma das razões que explicavam o “atraso” do país com relação, por exemplo, aos Estados Unidos ou à Europa, sempre tomados como contraponto à realidade argentina. Então, a barbárie representada por uma Argentina rural governada por caudilhos deveria ser substituída pela civilização, presente, de acordo com a elite intelectual, nas ideias liberais europeias que serviram de parâmetro comparativo para a elaboração do plano modernizante que incluía, principalmente, a promoção da imigração, o estímulo à educação e a formação de um Estado moderno com base nas instituições e que fosse capaz de defender a soberania nacional.

O evolucionismo também exerceu notável influência sobre o pensamento latino-americano em fins do século XIX. A teoria da seleção natural foi utilizada com frequência pelos intelectuais argentinos no afã de justificar a existência de diferenças físicas e sociais entre os homens, pois pressupunha-se que estes também estariam submetidos ao processo de adaptação do qual se sobressairiam apenas as “raças superiores”. Na Argentina, as teorias positivista e evolucionista encontraram um campo fértil para sua propagação, tendo sido utilizadas como balizas para a compreensão de sua situação política e social naquele período. A federalização de Buenos Aires, ocorrida em 1880, simbolizava o fim de uma Argentina que ainda conservava traços de sua tradição e o começo de uma nova era marcada pela esperança de progresso, de auge econômico e de novas formas políticas. A elite intelectual passou a acreditar na possibilidade de que o país seguia o rumo de ocupar uma posição privilegiada no seio do continente americano.

Diante disso, o positivismo mostrou-se muito importante, porém não suficiente para a compreensão do pensamento argentino de finais do século XIX e início do XX, período marcado por um pensamento carregado de aspectos psicológicos, sociológicos, biológicos e evolucionistas que, aliados ao positivismo, foram utilizados por muitos intelectuais numa tentativa de compreender o pensamento do hispano-americano, e para explicar a evolução da sociedade argentina. Portanto, reiteramos a posição já defendida em trabalho anterior³⁹, a qual leva em conta o fato de que os intelectuais argentinos do início do século XX não encontraram no dispositivo positivista todas as instâncias teóricas para fundar um conjunto de ideais

³⁹GREJO, C. B. *Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros: entre o científico e o político. Pensamento racial e identidade nacional na Argentina (1880-1920)*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

coletivos em anos considerados cruciais para a definição de um novo nacionalismo como um conjunto de símbolos e valores de identidade e, por isso, recorreram também aos ideais científicos, os quais aparecem representados na aplicação da psicologia, da sociologia e do biologismo na obra analisada nesta pesquisa. Nesse sentido, entendemos que “cientificistas” é a característica mais adequada para se referir a esses intelectuais e, nesse ponto, dialogamos com o trabalho de Roberto Rojo, o qual demonstra que o conteúdo filosófico do positivismo e do evolucionismo, quando unidos, gera o cientificismo.

Zimmermann também analisou as consequências sociais do processo de modernização e expansão econômica tão estimulados pelos homens do final do século XIX, entendendo que a questão social foi interpretada não apenas como um conjunto de problemas objetivos e quantificáveis em estatísticas sociais e econômicas, mas como um desafio intelectual de grande importância, pois constituía-se num elemento chave para as transformações políticas e ideológicas que ocorriam na Argentina daquele período. O autor identificou a existência de várias correntes reformistas, como a católica e a socialista, mas destacou a atuação dos intelectuais pertencentes à corrente reformista liberal, a qual caracterizava-se por alguns traços distintos: eram profissionais (médicos ou advogados), com forte vocação para a vida intelectual e vinculações ou participação ativa no mundo acadêmico; ideologicamente foram liberais de firmes convicções progressistas, frequentemente anticlericais; suas posturas frente à solução da questão social se dirigiram à busca de um caminho entre o *laissez-faire* ortodoxo e o socialismo de Estado; suas posturas reformistas com relação ao social basearam-se no legalismo, isto é, na convicção de que a política parlamentar era o âmbito próprio para a busca de soluções para o conflito social, no cientificismo, que acentuaria a importância das ciências sociais como guias da política estatal e, por fim, em um enfoque internacionalista que procurava adaptar às condições locais os numerosos precedentes estrangeiros sobre o tema e inserir a questão do reformismo argentino nas instituições internacionais a ele dedicadas⁴⁰.

A *Revista de Derecho, Historia y Letras* evidencia as inquietações mencionadas acima, uma vez que propagava ideias que defendiam a reforma moral, política e social. A análise do material nos mostra que esta se constituiu num dos mais importantes fóruns de discussão do período, evidenciando o esforço despendido pelos intelectuais para compreender a Argentina e conduzi-la a ocupar um local de destaque no continente americano.

⁴⁰ZIMMERMANN, E. Los liberales reformistas. La cuestión social en la Argentina (1890-1916). Buenos Aires: Sudamericana, 1992. p. 546.

A configuração dos campos de leitura e o desenvolvimento da imprensa

A fundação da *RDHL* por Estanislao Zeballos, em 1898, coincide com o momento em que a elite dirigente buscava integrar a Argentina aos quadros da modernidade, adotando como ponto de partida, o desenvolvimento econômico baseado na utilização de mão de obra imigrante e a implantação do ensino público voltado à construção da nação argentina.

A historiadora Gabriela Pellegrino Soares aponta que os intelectuais argentinos do final do século XIX viam nas letras a chave para a transformação social, o que se apresentava como condição cultural e política para enfrentar os desafios históricos que se projetavam diante da nação que se pretendia construir⁴¹. O crescimento demográfico e urbano impulsionado pelo estímulo à imigração transformaram Buenos Aires em um centro cosmopolita e as presidências de Mitre (1862-68), Sarmiento (1868-1874) e Avellaneda (1874-1880), buscaram modelar e fortalecer a presença de instituições públicas em diferentes níveis da vida nacional.

A Lei 1420 de educação comum, gratuita, laica e obrigatória, promulgada em 1883, abriu espaços para que o Estado argentino transformasse a escola primária num meio de instrução e controle das massas⁴². Este sistema educacional expressava estruturas e atitudes sociopolíticas vigentes na Argentina da passagem do século XIX para o XX, momento em que se confirmava uma era de prosperidade e privilégios para as oligarquias nacionais, as quais assumiam ares patrícos diante da multidão estrangeira que inundava o país. Em contrapartida, os trabalhadores, muitos deles com experiência sindical trazida de seu país de origem, penalizados pela inflação e submetidos a condições de trabalho insalubres e exaustivas, iniciaram os primeiros focos de mobilização.

A política educacional gestada pelo Estado teve, como desdobramento, o aumento do número de leitores que, associado aos avanços do capitalismo, à introdução de novas técnicas e ao aparecimento de novos valores nos ajudam a compreender o crescimento e a difusão da imprensa na Argentina. Pelosi sustenta que, durante o século XIX, os jornais se colocavam na

⁴¹SOARES, G. P. *Semear Horizontes. Uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954*. Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 31.

⁴²As elites, entretanto, cursavam o ensino médio nos Colegios Nacionales, onde recebiam a educação enciclopédica que os tornaria aptos aos cargos públicos que viriam a assumir.

vanguarda da leitura, numa sociedade que passava a se delinear a partir das massas⁴³. Antes confeccionados em tipografias de pequeno porte, passaram a demandar equipamentos e métodos de produção específicos que permitiam caracterizá-los como atividade industrial. Seus proprietários, subordinados à lógica do capital, passaram a administrá-los de forma racional e capaz de otimizar lucros, investindo na atualização constante da maquinaria e das técnicas.

Prieto caracteriza o ideal de leitura preconizado pela elite liberal como “dirigista”, o que não implicava somente uma atitude moralizante, mas, também, na construção, a partir da circulação de textos e de sua leitura, de um instrumento de diferenciação entre aqueles que se encontravam em uma posição de domínio e os que devem obedecê-los⁴⁴. Nesse sentido, escritura e leitura naturalizavam a forma dominante evidenciada na política argentina do fim do século.

Podemos entender o “dirigismo” proposto por Prieto como uma forma de especificar os diferentes espaços de cultura, existentes na Argentina de final do XIX. Tanto a cultura massiva e popular quanto a cultura da elite liberal, possuíam a linguagem escrita como instrumento simbólico, resultando em zonas de fricção, de contato e pontos de rechaço em torno de duas formas precisas: o livro e o folhetim, que se multiplicou no panfleto ou no periódico sindical.

O modelo tradicional da cultura letrada continuou a desempenhar um papel predominante, porém não mais exclusivo e excludente como outrora, pois o leitor proveniente das campanhas de alfabetização promovidas pelo governo buscou delimitar seu espaço de cultura específico. Esse novo espaço, popular e massivo, foi introduzido, em grande medida, pelo folhetim e pela imprensa periódica, o que foi interpretado, por membros da elite como um gesto de insubordinação:

Alfabeto o semianalfabeto, disperso en un indefinible espectro de relaciones con el instrumento recién adquirido, el nuevo lector, en todo caso, se incorporó con considerable entusiasmo al gusto y al ejercicio de su flamante capacitación. Sorprende el valor normativo que la lectura adquirió en esos años y entre los sectores que acababan de incorporarla a sus hábitos. Sorprende el modo casi mítico con que la capacidad de leer, pieza maestra del proyecto del liberalismo, fue aceptada tanto por los que buscaban asimilarse a ese proyecto como por los que abiertamente querían subvertirlo desde una perspectiva ideológica contraria.⁴⁵

⁴³PELOSI, H. C. A perspectiva americana nas revistas históricas argentinas da segunda metade do século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 16, n. 31-32, 1996.

⁴⁴PRIETO, A. *El discurso criollista en la formación de la Argentina moderna*. Buenos Aires: Sulamericana, 1988.

⁴⁵PRIETO, 1988, p. 14.

Na obra *El discurso criollista en la formación de la Argentina moderna*, o autor faz uma vasta revisão da cultura do fim do século. Inicia sua análise colocando no centro daquele universo o fenômeno do caráter massivo da imprensa periódica, sobretudo quando confrontada com o declínio, tanto no âmbito simbólico quanto material, do formato livro. No que diz respeito aos livros, Prieto destaca que se houve um tempo em que os *best-sellers* da elite, como *Juvenilia*, tiveram tiragens “espetaculares” de 1200 exemplares vendidos, nas últimas décadas do século XIX foram ofuscados por outros títulos consumidos fundamentalmente pelos setores populares. Esse é o caso, por exemplo, de *Martin Fierro*, de José Hernandez, com 40.000 cópias vendidas ao longo de seis anos, mas, principalmente, de *Juan Moreira*, escrito por Eduardo Gutiérrez, que chegou a 100.000 cópias vendidas antes do final daquele século.

Prieto argumenta que em 1877 a Argentina possuía 2.347.000 habitantes e 148 periódicos de “índole e ritmos de aparição diversos”⁴⁶. Cinco anos depois, em 1882, os habitantes superaram os 3 milhões e os periódicos já chegavam a 224 títulos, colocando a Argentina em terceiro lugar mundial na relação periódicos/habitantes, com a média de 1 periódico para cada 13.509 habitantes. Ainda afirma que a tiragem de periódicos editados diariamente na década de 1880 atingia 322.500 exemplares⁴⁷. Se considerarmos as modalidades de leitura praticadas no período, sobretudo entre os setores populares, das quais fazem parte os empréstimos, troca e leitura compartilhada, notamos que a quantidade de leitores potenciais para cada texto publicado ao menos duplicava sua tiragem efetiva. Ainda segundo Prieto, em 1898, a inauguração do soberbo edifício que abrigava as instalações do diário *La Prensa* pode ser considerada como um grande exemplo dessa onda expansiva. Com a impressão de 100.000 exemplares e um serviço de correspondentes, *La Prensa* era, de acordo com sua perspectiva, o diário mais bem informado do mundo e transformou-se no epíteto da representação do periodismo moderno⁴⁸.

O interior do país também contava com a instalação de periódicos, principalmente nas províncias de Córdoba, Tucumán, Rosário e Mendoza, os quais representavam e satisfaziam uma complexa rede de interesses regionais. No entanto, foi em Buenos Aires que a imprensa prosperou e se multiplicou.

⁴⁶PRIETO, 1988, p. 34.

⁴⁷PRIETO, 1988, p. 40.

⁴⁸PRIETO, 1988, p. 35.

A imprensa massiva era composta, também, por uma profusão de títulos e variedade de conteúdo. Seguindo a perspectiva de Legras, podemos constatar que se tratava de uma imprensa irregular e, às vezes, de vida efêmera representando diversos grupos étnicos, sociais e linguísticos, pois, de acordo com o autor, por volta de meados da década de 1880 havia em Buenos Aires, Rosário e Córdoba, publicações periódicas em 11 línguas distintas, a maioria delas em italiano⁴⁹.

Merece destaque o desenvolvimento da imprensa anarquista e socialista que destinava uma grande quantidade de periódicos para um grupo específico: os trabalhadores. *La prensa obrera*, obra de Mirta Lobato, discute o desenvolvimento desse nicho editorial em um estudo de história comparada abarcando os casos argentino e uruguaio desde 1890 até 1958, com o intuito de explicitar seu surgimento atrelado aos interesses dos operários inseridos na metrópole cosmopolita⁵⁰. De acordo com a autora, constituía-se numa vasta literatura que competia entre si, estava separada por diferentes concepções políticas e ideológicas, mas unificadas sob a consigna “saber é poder”. Conhecer era a base da capacitação do proletariado para a prática política que o libertaria da opressão e do domínio burguês. Por isso, aponta, que os periódicos sindicais tinham um sentido pedagógico e buscavam erradicar os males introduzidos nas mentes e na cultura operária pelo pensamento burguês através dos grandes diários.

A imprensa sindical pode ter seu surgimento atrelado ao desenvolvimento do movimento operário, passando a circular de forma mais intensa no final do século XIX quando os trabalhadores se organizaram em sociedades de resistência e grêmios buscando melhores condições de trabalho e de vida, além do reconhecimento de seus direitos, como os de liberdade de expressão e reunião, mas, também, outros, como o reconhecimento das ações gremiais, o direito de greve e, sobretudo, o direito a uma vida digna. Os diários e periódicos se constituíram nas vozes das organizações sindicais argentinas, pois, como sustenta Lobato, na primeira metade do século XX, a imprensa operária converteu-se em uma ferramenta fundamental para a construção das identidades dos trabalhadores na região do Rio da Prata⁵¹. A leitura era um

⁴⁹LEGRAS, H. Lectura y pasaje en el fin de siglo. *Revista Iberoamericana*, v. LXXII, n. 214, jan.-mar., 2006. p. 21.

⁵⁰LOBATO, M. Z. *La prensa obrera. Buenos Aires y Montevideo (1890-1958)*. Buenos Aires: Edhasa, 2009. p. 10.

⁵¹LOBATO, 2009, p. 11.

meio de acesso ao conhecimento considerada crucial para as organizações operárias que a estimulavam, a partir de suas publicações⁵² e da criação de bibliotecas.

Neste panorama apareceram, segundo Legras, as primeiras empresas comerciais que se voltaram a editar revistas de interesse geral. *Don Quijote*, em 1890 superou o *record* imaginável de venda para a época, esgotando uma tiragem de 61.000 exemplares, alcançando êxito em conformar um novo público leitor extraído da massa babélica, cosmopolita e poliglota que habitava as cidades argentinas próximas ao Rio da Prata. Nesta linha editorial o título apontado por Legras como mais importante foi *Caras y Caretas*, surgida no fim do século, em 1898, foi fundada pelo espanhol Eustaquio Pellicer e se constituiu por muitas décadas na publicação mais importante da história gráfica argentina. Em 1910, em comemoração ao centenário da independência, a revista editou 201.150 exemplares de um número especial de 400 páginas generosamente ilustrado e, apenas após transcorridas duas décadas, outra revista, agora feminina, *Para Ti*, rompeu com esses números, duplicando o *record* de vendas de *Caras y Caretas*. Contudo, periódicos e revistas não esgotaram o campo das publicações massivas do fim do século, pois a partir dos últimos anos da década de noventa o teatro passou a se transformar no fenômeno de massas mais importante de seu tempo.⁵³

Muitos intelectuais, portanto, representados por escritores, artistas e ensaístas, buscavam expressar-se por meio das revistas, instrumento que lhes permitia construir suas reputações e adquirir notoriedade⁵⁴. Acerca do surgimento e atuação dos intelectuais a partir das revistas, Sarlo argumenta que o impulso de se publicar uma revista surge de dois ideais afins: a necessidade e o vazio⁵⁵. Portanto, publicar uma revista significa que esta prática se faz necessária, por razões diferentes às necessidades que os intelectuais descobrem nos livros. A revista torna possíveis intervenções exigidas pela conjuntura, enquanto os livros discutem questões que se apresentam a longo prazo: ““*publiquemos una revista*” quiere decir “*hagamos política cultural*”, *cortemos con el discurso el nudo de un debate estético o ideológico [...]*”.⁵⁶

As revistas, enquanto prática de produção e circulação, abordam o tempo presente e não são idealizadas para alcançar o reconhecimento futuro – apesar de, muitas vezes, ocorrer –, mas

⁵²Dentre os vários periódicos desse gênero publicados no final do século XIX, podemos citar: *La questione sociale*, *El perseguido*, *La unión gremial*, *El oprimido*, *La expansión industrial*, *La revolución social*, *La lucha*, *El libertario*, *La autonomía*, etc.

⁵³LEGRAS, 2006, p. 9.

⁵⁴PELOSI, 1988, p. 119-120.

⁵⁵SARLO, B. Intelectuales y revistas: razones de una practica. *América. Cahiers du CRICCAL. Les discours culturels dans les revues latino-américaines* de 1940 à 1970, Paris, n. 9-10, p. 9-16, 1992.

⁵⁶SARLO, 1992, p. 9.

para serem compreendidas em meio às questões contemporâneas. Entretanto, ainda segundo Beatriz Sarlo, se as revistas perdem sua aura quando o presente se converte em passado, conservam as provas de como se pensava o futuro a partir do presente, à medida que um juízo crítico coloca a literatura em uma relação de temporalidade dupla: ranking sincrônico e hipóteses de ordenamento futuro⁵⁷.

A partir da década de 1860 começaram a tomar corpo, na Argentina, várias iniciativas culturais das quais a produção de revistas representa um exemplo, embora tenha sido no final do século XIX que tenha se dado sua multiplicação, seguindo a lógica capitalista de ampliação da imprensa. Nos anos de 1880 consolidou-se o liberalismo sustentado pela defesa do progresso em meio à prosperidade material e espiritual do período. O país caminha para a consolidação de uma posição singular no continente americano e no mundo, marcada pelo conservadorismo político e pelo laicismo.

As revistas históricas argentinas enquadram-se neste panorama sociocultural, pois afirmaram-se na segunda metade do século XIX e ingressaram no século XX, atuando como avais da confiabilidade da república nascente, balizando-se tanto nas origens da nacionalidade como no processo que configurava o país. Pelosi destaca o fato de que a maioria daqueles que dirigiam as revistas históricas e culturais desse período exerciam cargos políticos de primeiro escalão⁵⁸. Esse é o caso de Vicente Gregório Quesada, quem, de acordo com a autora, pode ter sua biografia entrelaçada à própria vida da república, uma vez que desempenhou tanto tarefas no governo quanto atividades diplomáticas, ao mesmo tempo, em que se dedicava ao trabalho cultural no campo das letras e da história. Seguindo esta perspectiva, podemos citar também os casos de Juan Maria Gutierrez, Vicente Fidel López e André Lamas, diretores da *Revista del Rio de la Plata*. Os três atuaram como jornalistas, ocuparam cargos públicos e desempenharam funções em universidades.

Havia revistas cujo objetivo era publicar documentos inéditos que pudessem servir ao conhecimento da história argentina, porém, sem submetê-los à análise, tal como era realizado por três projetos dirigidos por Manoel Ricardo Trelles: *Revista del Archivo General de Buenos Aires* (1868-1872), *Revista de la Biblioteca Pública de Buenos Aires* (1879-1882) e *Revista Patriótica del Passado Argentino* (1888-1892). Outras refletiam o desejo de modernizar a fisionomia do país que ainda emanava a influência espanhola, a fim de adequá-la aos critérios

⁵⁷SARLO, 1992, p. 11.

⁵⁸PELOSI, 1988, p. 122.

enunciados pelos Estados Unidos e pela Europa. Essa função foi buscada por publicações como: *Revista de Buenos Aires* (1863-1871) e *Nueva Revista de Buenos Aires* (1881-1885), ambas dirigidas por Vicente Gregório Quesada; *Revista Argentina* (1868-1872) e (1880-1881), dirigida por José Manuel Estrada; *Revista del Rio de la Plata* (1871-1876), que teve Juan Maria Gutierrez, Vicente Fidel López e André Lamas como seus diretores e *La Biblioteca* (1896-1898), encabeçada pelo francês Paul Groussac.

Já a *RDHL* constituiu-se num intento maior, dado o período de sua existência contínua e a repercussão suscitada na América Latina e na Europa. Nesse sentido, seu surgimento, em 1898, deve ser analisado levando em consideração as inquietações e propósitos de Estanislao Severo Zeballos – seu idealizador e, na maior parte do tempo, também diretor – em meio aos ardores da luta e da posição em que se encontrava, buscando contribuir para a construção da nação argentina a partir do impulso cultural. Identificamos, em suas páginas, o desejo de inserir o passado argentino na história americana, o que nos sugere a hipótese de que o espaço aberto por Zeballos a artigos, cartas e comentários de intelectuais estrangeiros esteja ligado à necessidade de destacar os feitos, heróis e grandes homens argentinos diante dos demais países americanos.

Considerações finais

A análise desenvolvida neste artigo permite-nos afirmar que a construção do Estado nacional argentino, consolidada em 1880, não pode ser compreendida sem levar em conta a atuação dos intelectuais que, desde a Geração de 1837, formularam projetos voltados à modernização do país. Os homens de 1880, inseridos em uma conjuntura marcada pelo crescimento econômico, pela imigração massiva e pela federalização de Buenos Aires, retomaram e executaram grande parte dos ideais propostos pela geração anterior, ainda que sob novas condições sociais e políticas.

O pensamento científico, nutrido pelas correntes positivista e evolucionista que circulavam desde a Europa, forneceu aos intelectuais argentinos do final do século XIX as ferramentas teóricas para interpretar sua realidade e justificar as reformas que pretendiam empreender. A promoção da imigração, o estímulo à educação pública e laica e a formação de um Estado moderno baseado em instituições constituíram os pilares desse projeto, o qual previa

o rompimento com o passado colonial e a inserção da Argentina nos quadros da civilização ocidental.

A imprensa, por sua vez, desempenhou um papel fundamental nesse processo, configurando-se como um espaço privilegiado de sociabilidade intelectual e de difusão de ideias. O desenvolvimento de periódicos e revistas, acompanhando o crescimento do público leitor resultante das políticas educacionais, evidencia a estreita relação entre cultura letrada e poder político na Argentina do período. Nesse contexto, a *Revista de Derecho, Historia y Letras*, fundada por Estanislao Severo Zeballos em 1898, constitui-se num dos mais importantes fóruns de discussão do período, expressando o esforço despendido pelos intelectuais para compreender a Argentina e conduzi-la a ocupar um local de destaque no continente americano.

A trajetória de Zeballos, articulando atividades como periodista, legislador, etnólogo, ministro e diplomata, sintetiza a figura do intelectual argentino do final do século XIX: um ator que transitava entre o campo do conhecimento e o campo do poder, e encontrava na imprensa periódica o instrumento privilegiado para a construção de sua notoriedade e para a intervenção nos debates sobre a nação que se pretendia forjar.

Referências

Obras gerais

ALTAMIRANO, C. (Org.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Madrid: Katz, 2010.

ANDERLE, A. “El positivismo y la modernización de la identidad nacional en América Latina”. *Anuario de estudios americanos*, XLV, p. 419-484, Sevilla, 1988.

BOTANA, N. R. *El orden conservador: la política argentina entre 1880 e 1916*. Buenos Aires: Sudamericana, 2. ed., 1985.

BRUNO, P. *Pioneros culturales de la Argentina: biografías de una época*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2011.

CLEMENTI, H. *Juventud y política en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XX, 1982.

COGGIOLA, O. “Buenos Aires: cidade, política, cultura”. *Revista Brasileira de História*, v. 17, n. 34, p. 101-118, 1997.

FAUSTO, B.; DEVOTO, F. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004.

- FERNÁNDEZ, S.; MÜLLER, M. “Vitae plena: breve recorrido por una vida multifacética”. In: FERNÁNDEZ, S.; NAVARRO, F. (Orgs.). *Scribere est agere: Estanislao Zeballos en la vorágine de la modernidad argentina*. Rosário: Quinta Pata & Camino Ediciones, 2011. p. 55-68.
- FRANCO, S. M. S. *Luzes e sombras na construção da nação argentina: os manuais de História Nacional (1868-1912)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- GALLO, E. *La pampa gringa*. Buenos Aires: Sudamericana, 1983.
- HALPERÍN-DONGHI, T. *Vida y muerte de la República verdadera (1910-1930)*. Buenos Aires: Biblioteca del pensamiento argentino, 2000.
- LEGRAS, H. “Lectura y pasaje en el fin de siglo”. *Revista Iberoamericana*, v. LXXII, n. 214, jan.-mar., 2006.
- LOBATO, M. Z. *La prensa obrera: Buenos Aires y Montevideo (1890-1958)*. Buenos Aires: Edhasa, 2009.
- MENGO, C. “Positivismo, ciencia y cultura en el escenario argentino a fines del siglo XIX”. In: FERNÁNDEZ, S.; NAVARRO, F. (Orgs.). *Scribere est agere: Estanislao Zeballos en la vorágine de la modernidad argentina*. Rosário: Quinta Pata & Camino Ediciones, 2011. p. 39-54.
- PELOSI, H. C. “A perspectiva americana nas revistas históricas argentinas da segunda metade do século XIX”. *Revista Brasileira de História*, v. 16, n. 31-32, 1996.
- PRADO, M. L. C. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: EDUSP; Bauru: EDUSC, 1999.
- PRIETO, A. *El discurso criollista en la formación de la Argentina moderna*. Buenos Aires: Sulamericana, 1988.
- ROMERO, J. L. *Breve historia de la Argentina*. Buenos Aires: Eudeba, 1965.
- SARLO, B. “Intelectuales y revistas: razones de una práctica”. *América: Cahiers du CRICCAL*, n. 9-10, p. 9-16, Paris, 1992.
- SOARES, G. P. *Semear horizontes: uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SVAMPA, M. *El dilema argentino: civilización o barbarie: de Sarmiento al revisionismo peronista*. Buenos Aires: Imago Mundi, 1994.
- TERÁN, O. *Vida intelectual en el Buenos Aires fin-de-siglo (1880-1910): derivas de la “cultura científica”*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000.